

Capítulo XV

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO OCEANO ATLÂNTICO PARA A SEGURANÇA MARÍTIMA





A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO OCEANO ATLÂNTICO PARA A SEGURANÇA MARÍTIMA

Michael Scheffer Lopes¹

¹Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rua São Francisco Xavier, 524, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, CEP 20550-900, michaelzscheffer1013@gmail.com

RESUMO

O conceito de “Segurança Marítima” na língua portuguesa agrupa duas vertentes que são separadas na língua inglesa: maritime security e maritime safety, abrangendo temas que variam desde a proteção da área marítima brasileira chamada Amazônia Azul e de riquezas como o petróleo na camada do pré-sal a esforços para evitar desastres e acidentes náuticos, zelando pela salvaguarda da vida humana no mar. O Oceano Atlântico possui uma área muito vasta e com a globalização os interesses internacionais se tornaram cada vez mais variados. As nações e organizações supranacionais precisam organizar esforços internacionais para garantir a segurança, pois as ameaças ultrapassam as fronteiras tradicionais, cooperação é essencial no mar. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é analisar os benefícios de elaborar um “Plano Estratégico de Cooperação em Segurança Marítima no Oceano Atlântico” entre países lusófonos, por meio de revisão da literatura sobre cultura e lusofonia e estudo de caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. É um desafio pensar uma Cooperação Internacional em Segurança Marítima para o Oceano Atlântico no contexto pós-colonialista baseada na Língua Portuguesa; porém aproveitando as afinidades culturais proporcionadas pelo idioma em comum é possível expandir as poucas iniciativas bilaterais já existentes em benefício de todos.

Palavras-chave: Cooperação Internacional; Oceano Atlântico; Segurança Marítima.

ABSTRACT

The concept of “Segurança Marítima” in Portuguese brings together two aspects that are separated in English: “maritime security” and “maritime safety”, covering themes ranging from the protection of the Brazilian maritime area called the Blue Amazon and riches such as oil in the pre-salt layer to efforts to avoid disasters and nautical accidents, ensuring the safeguard of human life at sea. The Atlantic Ocean has a very vast area and with globalization international interests have become increasingly varied. Nations and supranational organizations need to organize international efforts to ensure security, as threats go beyond traditional borders and therefore cooperation is essential at sea. In this context, the objective of this study is to analyze the benefits of preparing a “Plano

Estratégico de Cooperação em Segurança Marítima no Oceano Atlântico” between Portuguese-speaking countries, through a review of the literature on culture and lusophone countries and a case study of the Community of Portuguese Speaking Countries and the South Atlantic Peace and Cooperation Zone. It is a challenge to think of International Cooperation in Maritime Security for the Atlantic Ocean in the post-colonial context based on the Portuguese language; but taking advantage of the cultural affinities provided by the common language it is possible to expand the few bilateral initiatives that already exist to the benefit of all.

Keywords: International Cooperation; Atlantic Ocean; Maritime Security.

INTRODUÇÃO

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) é composta por 24 países sul-americanos e africanos da costa do Atlântico, sendo a principal organização disponível atualmente para a criação de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul (SANTOS, 2019), responsável também por temas relacionados à Segurança Marítima. Destaca-se que uma das maiores dificuldades de cooperação enfrentada por essa iniciativa é a grande diferença cultural entre os países membros.

Segundo Bourdieu (1998), a língua compõe o Estado, seja na sua criação ou nos seus usos sociais. Ao instituir um idioma o Estado constituiu um mercado linguístico dominado pela língua oficial, sendo obrigatória em ocasiões e espaços oficiais. A Lusofonia representa um espaço marcado pelo uso da língua portuguesa e também por alguns usos e costumes culturais em comum. A cultura é formada por vivências e práticas sociais, como a ideia de nação, família e religião, sendo assim o espaço lusófono é capaz de promover um ambiente de comunicação multicultural fértil. Para Silva (2015), na diplomacia naval também é importante a aplicação de um mesmo idioma, sendo valioso ter o português como língua materna.

A criação de um plano estratégico de cooperação em Segurança Marítima para a

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) pode consolidar em setores como de Busca e Salvamento no Oceano Atlântico a cooperação observada apenas em projetos bilaterais já existentes de curta duração. São exemplos a realização de treinamento e formação de militares e algumas vendas de navios pequenos. Seria interessante inserir nas temáticas de Defesa e Segurança Marítima uma cooperação com foco linguístico e cultural, como observado nas Reuniões Setoriais Ministeriais da CPLP para outros temas, seja saúde, trabalho, previdência social, educação, cultura, defesa, igualdade de gênero, justiça, turismo, ciência e tecnologia, direitos humanos, juventude, esportes ou comércio.

É importante destacar que no Oceano Atlântico há muitas riquezas a serem defendidas por levantarem interesses econômicos e cresce a quantidade de casos de pirataria, tráfico de drogas, armas e imigração ilegal. Considerando o papel das Forças Armadas nesse cenário, elas também poderiam aprimorar suas relações político-diplomáticas participando de fóruns que incluam as temáticas de cooperação linguística e cultural (SILVA, 2015).

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo pretende analisar a cooperação marítima entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que são banhados pelo Oceano Atlântico: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal e São Tomé e Príncipe. Referente à temática da Segurança Marítima, a atual tentativa de cooperação na esfera da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) apresenta insucesso se comparada a outros modelos, como a Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia (EUMSS, sigla em inglês), criada em 2014. É possível que as afinidades culturais proporcionadas pelo idioma português aumentem as chances de sucesso de uma cooperação internacional em Segurança Marítima para os países analisados.

Na primeira parte do estudo é realizada uma contextualização sobre defesa e segurança com foco no conceito de Segurança Marítima brasileiro,

composto de duas vertentes: *maritime security* e *maritime safety*, que abrange temas desde a proteção da Amazônia Azul e do pré-sal a esforços para evitar acidentes, desastres marítimos e a salvaguarda da vida humana em perigo no mar. Em seguida é apontado que a comunicação intercultural e a identidade comunitária baseada numa mesma língua são características do conceito de lusofonia, remetendo a contatos internacionais desde as grandes navegações portuguesas. Para expandir a atuação brasileira nas ações de cooperação internacional em Segurança Marítima, que atualmente ocorrem apenas de forma bilateral, é preciso aproveitar o espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua identidade comunitária, elaborando um Plano Estratégico de Cooperação em Segurança Marítima no Oceano Atlântico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Defesa e segurança

O conceito de Segurança Marítima brasileiro é duplo, a língua inglesa possui dois termos distintos, são chamados de *maritime security* e *maritime safety*. *Maritime safety* compreende a segurança da navegação e atividade de busca e salvamento na área de responsabilidade de cada país, baseada na Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. *Maritime security* trata de proteção e defesa de ameaças e riscos internacionais, a integridade de pessoas e bens no mar, instalações portuárias, combate à pirataria, poluição marítima, tráfico de drogas, entre outros (BEIRÃO et al, 2020).

No caso do Brasil a riqueza do mar é tão grande que foi criado em 2004 o conceito de Amazônia Azul (VIDIGAL et al., 2006) e em 2008 foi anunciada a descoberta de grandes reservas petrolíferas marítimas na camada chamada de pré-sal. Houve uma reconfiguração econômica e militar de uso do oceano após a Segunda Guerra Mundial, deixando de ser apenas uma via de transporte para ganhar foco na pesca e extração de recursos como petróleo e gás natural. Cada vez surgem mais projetos de grande escala com tecnologia avançada, proporcionando grandes volumes de capital (COSTA, 2017). Segundo Santos (2019) a

Amazônia Azul é uma área marítima brasileira:

[...] Com cerca de 4,5 milhões de km² e correspondendo a **aproximadamente 50% da área continental brasileira**, o conceito foi cunhado em 2004 pelo Almirante-de-Esquadra (AE) Roberto de Guimarães Carvalho, então Comandante da Marinha do Brasil [...] (SANTOS, 2019, grifo do autor).

Segurança marítima enquanto *maritime security*, para Bueger (2015), possui ainda quatro divisões menores: segurança nacional (*sea power*), ambiente marinho (*marine security*), desenvolvimento econômico (economia azul) e segurança humana (resiliência). Para Santos (2019) são exemplos de desafios relacionados:

[...] disputas entre Estados marítimos, terrorismo marítimo, pirataria, tráfico de drogas, pessoas e bens ilícitos, proliferação de armas, pesca ilegal, crimes ambientais, **acidentes e desastres marítimos** (SANTOS, 2019, pg 7, grifo do autor).

Percebe-se que o esforço para evitar acidentes, desastres marítimos e salvaguarda da vida humana no mar também deve ser foco das iniciativas de cooperação internacional. Segundo Ribeiro et al. (2010) as ações de segurança marítima se desenvolvem numa área muito vasta, sendo muito difícil para uma única nação ou organização supranacional garantir a segurança em todo o mar. A cooperação é essencial pois os interesses internacionais se alargaram muito com a globalização, desterritorializando a segurança para além das fronteiras tradicionais onde os estados ou as organizações internacionais atuam (FERNANDES, 2004).

Em nível nacional a cooperação também é importante, pois atores de segurança marítima como a Marinha, a Polícia e o Corpo de Bombeiros atuam sobrepostos em algumas frentes como Busca e Salvamento (SAR, sigla em inglês), devendo superar possíveis conflitos de interesse institucionais em prol de uma atuação conjunta mais eficiente:

[...] a segurança marítima envolve diferentes temas e atores, como autoridades portuárias, guarda costeira, **busca e**

salvamento, Marinha, Ministérios, indústria pesqueira, serviços alfandegários, Polícia e controle de fronteiras, por exemplo. Isso significa que **pode haver conflitos de interesses entre alguns deles**, mas, por se tratarem de partes interessadas, **devem trabalhar conjuntamente de forma eficiente** (HIJMANS, 2018, pg 8, grifo do autor).

Considerando que há abordagens regionais diferentes para a temática da segurança marítima, focaremos no caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP):

[...] Integrada por **Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste**, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, na Cúpula Constitutiva de Lisboa. Fundada no princípio da solidariedade, a CPLP tem em seus estatutos três objetivos centrais: a concertação político-diplomática, a **cooperação em todos os domínios** e a promoção e a difusão da língua portuguesa. [...]

O Brasil exerceu a presidência rotativa da CPLP no período de 2002 a 2004 e entre 2016 e 2018. Foi também o primeiro Estado membro a estabelecer uma missão permanente junto à CPLP, em Lisboa, em julho de 2006, dedicada exclusivamente à Comunidade. [...] (BRASIL, 2020, grifo do autor).

Para analisar a cooperação marítima o recorte deste estudo serão os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que são banhados pelo Oceano Atlântico: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal e São Tomé e Príncipe. No âmbito da CPLP há uma preocupação com a segurança e vigilância marítima, que se observa na Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos.

ESTRATÉGIA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE
LÍNGUA PORTUGUESA PARA OS OCEANOS
[...]

CAPÍTULO 2

Áreas de potencial cooperação

[...]

Segurança e vigilância marítima

No campo da segurança e vigilância marítima, o objectivo essencial consiste na interligação de sistemas de controlo, de

acompanhamento e de informação. As actividades de segurança e vigilância dizem respeito a diversas questões relevantes para os Estados membros da CPLP, onde se inclui a **busca e o salvamento marítimo**, a monitorização meteorológica das áreas oceânicas, a luta contra a **pescagem ilegal**, o tráfico de seres humanos, o contrabando, o **tráfico** de estupefacientes e o **combate contra o crime organizado** em geral, para as quais é necessário procurar soluções em conjunto. A partilha de informações e dados, neste contexto, revela-se de crucial importância.

[...]

Fruto de um trabalho de redacção conjunta, esta Estratégia, que constitui um instrumento valioso para uma futura Política de Oceanos da CPLP, confirma a importância de que o mar se reveste para todos os Estados membros e representa uma oportunidade para um melhor aproveitamento do potencial que os oceanos encerram (CPLP, 2023).

Destaca-se que o documento apresenta a segurança e vigilância marítima como uma área de potencial cooperação, com questões relacionadas a *maritime safety*, como “busca e o salvamento marítimo” e relacionadas a *maritime security*, como pesca ilegal, tráfico e combate contra o crime organizado.

Cultura e lusofonia

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada como foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, para a concentração político-diplomática e da cooperação entre os seus membros (CPLP, 1996); um dos seus objetivos é aumentar o intercâmbio cultural entre os países de língua oficial portuguesa. Dentre seus membros, Portugal e Brasil adotaram o português como língua materna, enquanto Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau tornaram o idioma língua oficial, atualmente compondo o grupo de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. No Sudeste Asiático, o Timor-Leste também adota o português como língua oficial.

O conceito de lusofonia remete ao início da globalização e às grandes navegações, a partir do século XV, quando Portugal difundia sua língua e cultura através de missionários e colonos a uma

diversidade de povos contactados pelo globo (BASTOS e BRITO, 2013). Tendo em vista o carácter dominador imposto por Portugal nessa época, a forma “lusó” ainda hoje remete certo desconforto se evocada fora do território de português, como se ainda houvesse uma centralidade da matriz portuguesa em relação aos outros países onde se fala o idioma.

Segundo Sousa (2000), apesar dos problemas na Lusofonia, a ideia de afirmação para uma identidade comunitária baseada na língua ultrapassa a linguística e convoca globalmente governos, ONGs e sociedade civil a cooperar. No contexto da globalização e de maior influência da mídia, as culturas se interconectam e a busca dos traços comuns ganha mais importância. É possível pensar sobre o contraste entre a homogeneidade da língua e a heterogeneidade dos países analisando a subjetividade, identidade e interações das Culturas Lusófonas, seja de um ponto de vista sociológico ou econômico.

O conceito de cultura correlaciona práticas de representação que articulam e organizam a vida social, se expressando no comportamento e hábitos mais comuns, como costumes, crenças e tradições característicos de um grupo em determinado momento (HANNA et al., 2010). Os portugueses absorveram e difundiram muitos costumes culturais e identitários das regiões colonizadas, a Lusofonia traz um movimento de hibridismo e comunicação intercultural com baixo nível diferencial.

Em relação à cultura marítima lusófona, historicamente há uma origem em comum entre as Marinhas de Portugal e Brasil, pois em 1808 foram transferidos muitos navios portugueses com militares e toda sua estrutura administrativa, pela mudança da sede do Reino de Portugal. Em 1822 eles se tornaram parte da Marinha do Brasil. Essa origem pode contribuir para cooperação técnica militar na CPLP, pois ainda há semelhanças em regulamentos, funções e missões (SILVA, 2015).

Pós-colonialismo nos países lusófonos

Segundo Lewis (2006) as culturas são formadas a partir dos significados construídos e compartilhados pelas pessoas e se refletem no senso de identidade, temporalidade e pertencimento,

mesmo que em lugares distintos. O conceito de pós-colonialismo para os países lusófonos remete a uma herança cultural, política e econômica que articula relações internacionais entre nações vítimas da conquista colonial portuguesa. Para o Brasil esse momento pós independência traz sentimentos menos intensos desde 1822 que para algumas ex-colônias africanas que se tornaram independentes apenas na década de 1970.

O contexto de descolonização afeta de maneira distinta os oito países que utilizam a língua portuguesa oficialmente, em quatro continentes. Milhões de pessoas viveram lutas revolucionárias, colonização e descolonização de maneiras diferentes. Considerando a cultura como categoria transitória, que envolve maneiras de ser, agir e pensar de determinado povo é importante examinar como seus valores morais, crenças e instituições se dão a conhecer (HANNA et al., 2010).

Segundo Silva (2015) havia um sentimento antilusitano no Brasil durante o século XIX que dificultava a cooperação marítima. Atualmente o discurso português de ser uma ponte europeia para a África carente e ao mesmo tempo rica em recursos naturais ainda causa certo desconforto, pois soa como uma estratégia de segurança global para ser o centro da articulação entre o norte do Oceano Atlântico e o sul.

Em relação à diplomacia brasileira perante o continente africano, pode-se afirmar que apenas no governo Jânio Quadros, com a Política Externa Independente (PEI), ela recebe a devida importância. Infelizmente não houve muito avanço diplomático pois durante a Guerra Fria as colônias portuguesas na África viviam muitos conflitos terrestres, o mar não era foco estratégico de suas Forças Armadas. Atualmente o Brasil possui órgãos estatais com capacidade técnica de internacionalização, que garantem algumas iniciativas bilaterais na esfera das marinhas ou de órgãos ambientais, por exemplo.

Superando o insucesso de cooperação na ZOPACAS

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi aprovada em 1986 na Assembleia Geral das Nações Unidas pela Resolução 41/11. A criação da ZOPACAS foi

motivada pela Guerra das Malvinas, embate entre Argentina e Reino Unido, uma potência extrarregional ocidental nuclearizada. O Brasil e a Argentina passaram a perceber maiores ameaças vindas do Oceano Atlântico Norte, encarando EUA, Inglaterra e França como agressores em potencial.

Os países membros da CPLP que também compõem a ZOPACAS são: Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe. O ponto alto da iniciativa foi o período da Guerra Fria, onde o maior objetivo era manter o Atlântico Sul livre de armas nucleares (SILVA, 2015). Atualmente a ZOPACAS carece de mais institucionalização, problema agravado por falta de capacidades materiais e disputa com potências presentes na região (PIMENTEL, 2016).

As grandes diferenças culturais entre os 24 países membros também atrapalham a cooperação na ZOPACAS, marcada na década de 1990 por um acentuado declínio nas relações Brasil-África (RIBEIRO, 2007). Em busca de uma cultura em comum nos membros da ZOPACAS encontram-se semelhanças entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, pois além de serem países banhados pelo Oceano Atlântico são membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assim como Portugal. A língua em comum é relevante como língua do cotidiano e como discurso, a lusofonia caracteriza um valioso espaço simbólico cultural.

O projeto da ZOPACAS, que reúne 24 países sul-americanos e africanos da costa do Atlântico, hibernou desde sua criação até a tentativa de reativação, a partir de 2007 sob grandes investimentos do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Pimentel (2016), no Oceano Atlântico ocorre uma alta fragmentação da cooperação regional e um variado leque de temas abordados nos processos de integração, sendo essencial encontrar um senso de identidade nesse processo. Nesse sentido, como a língua expressa e simboliza a realidade cultural, os falantes e falares da língua portuguesa nos países de sua oficialidade podem promover a almejada criação de novas identidades em comum, contribuindo para uma cooperação internacional mais eficiente.

Um exemplo de sucesso por afinidades culturais é a Estratégia de Segurança Marítima da

União Europeia (EUMSS), criada em 2014 frente aos desafios nos domínios marítimos globais, buscando levar mais segurança marítima a pessoas, atividades ou infra-estruturas de interesse na União Europeia (EU, 2014). Aplicando esse modelo nos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que são banhados pelo Oceano Atlântico pode-se aprimorar a cooperação em segurança marítima, principalmente no que tange à Busca e Salvamento (SAR, sigla em inglês) para Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Nesse sentido, aponta-se que na esfera da CPLP é possível alcançar o sucesso que não se conseguiu na ZOPACAS, sendo o primeiro passo a elaboração de um Plano Estratégico de Cooperação em Segurança Marítima da CPLP para o Oceano Atlântico, com destaque para o setor de Busca e Salvamento, visando treinamentos e ações que envolvam os membros da CPLP banhados pelo Oceano Atlântico: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal e São Tomé e Príncipe. As atividades desenvolvidas seriam militares e civis, relacionadas também a combater pesca ilegal, entorpecentes, poluição, pirataria, imigração ilegal, controlar o tráfego marítimo e executar exercícios militares, atividades já previstas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar desde 1982.

Atualmente as ações de cooperação da CPLP ocorrem apenas de forma bilateral, enfraquecendo a força político-diplomática da comunidade e inviabilizando sua influência em fóruns internacionais. Outro grande problema é que são realizados apenas projetos de curta duração, decisões de foco político visando vencer eleições. Ações estratégicas de longo prazo devem focar no plano multilateral para a implementação dos acordos de cooperação marítima, algo em torno de 30 anos em tempos de paz desenvolveria laços, estruturas, doutrinas, e leis perenes (SILVA, 2015). Segundo Moreira (2008), seria papel da Marinha do Brasil e da Marinha de Portugal na CPLP articular em conjunto com a esfera civil uma cooperação científica, tecnológica e regulatória visando defender as Zonas Econômicas Exclusivas de cada membro, principalmente no Oceano

Atlântico.

CONCLUSÕES

Atualmente a principal organização para a criação de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul é a ZOPACAS, que enfrenta o problema da grande diferença cultural entre seus membros, talvez explicando seus incipientes avanços até agora. É possível criar um sistema de cooperação em Segurança Marítima entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) baseado no modelo da Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia, tendo em vista as afinidades culturais que um idioma em comum proporciona.

O estudo desenvolvido sugere reproduzir na esfera da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) o modelo de sucesso que se verifica na Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia, tendo em vista as semelhanças culturais existentes entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal e São Tomé e Príncipe, membros da CPLP banhados pelo Oceano Atlântico. Há claros benefícios na elaboração de um Plano Estratégico de Cooperação em Segurança Marítima para o Oceano Atlântico na esfera da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,

O contexto pós-colonialista traz certa desconfiança por parte de algumas ex-colônias portuguesas recém independentes perante uma cooperação baseada na língua em comum que envolva Portugal; entretanto a superação desse histórico como ocorre com o caso brasileiro é essencial para a segurança na era globalizada. A adoção de uma Cooperação Internacional Lusófona em Segurança Marítima para o Oceano Atlântico tem grande chance de sucesso, por aproveitar as afinidades culturais proporcionadas pela língua portuguesa para expandir as poucas iniciativas bilaterais já existentes em benefício de todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder a vida e o ar que eu respiro todos os dias. Em segundo lugar agradeço à minha mãe, Marina, e minha irmã, Betina, pelo incentivo a estudar.

Agradeço também à minha esposa, Isabel, pelo apoio a cada passo da trajetória de pesquisador. Por fim, mas não menos importante, agradeço a meus professores e orientadores ao longo dessa caminhada acadêmica que se iniciou no Colégio Naval, passando pela Escola Naval, Academia do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, Universidade Estácio de Sá, Escola de Guerra Naval, Instituto Militar de Engenharia e Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Neusa Maria Barbosa; BRITO, Regina Pires de. Cultura e lusofonia: unidade e pluralidade. *Nhengatu - Revista iberoamericana para Comunicação e Cultura Contra Hegemônicas*, v. 1, n. 1, 2013.
- BEIRÃO, A. P.; MARQUES, M.; RUSCHEL, R. R. *O Valor do Mar: uma visão integrada dos recursos do oceano do Brasil*. São Paulo: Essencial Idea Editora, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1998.
- BRASIL. Site oficial do Itamaraty. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3676-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp>>. Acesso em 15 set 2020.
- BUEGER, C. What is maritime security? *Marine Policy*, v. 53, p. 159-164, 2015.
- COSTA, J. A. F. A Amazônia Azul e o domínio marítimo brasileiro. *Revista USP*, n. 113, p. 27-44, abr./mai./jun. 2017.
- CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, 17 de julho de 1996.
- CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos*. Disponível em: <<https://oceano.cplp.org/media/orqnnxmj/estrategia-da-cplp-formatada.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2023.
- EUROPEAN UNION – EU. *European Union Maritime Security Strategy*. Brussels: Council of the EU, 2014.
- FERNANDES, Teixeira. *Teorias das Relações Internacionais; Da abordagem clássica ao debate pós-positivista*, Coimbra: Almedina, 2004.
- HANNA, Vera Lucia Harabagi; BRITO, R. P.; BASTOS, Neusa Barbosa. Políticas de língua e lusofonia: aspectos culturais e ideológicos. *Anuário Internacional de comunicação lusófona. Lusofonia e sociedade em rede*, p. 159-175. Braga: Grácio Editor, 2010.
- HIJMANS, M. B. *Segurança marítima: Da sensibilização à segurança. Ligando os pontos! Relações Internacionais*, n. 57, p. 25-37, 2018.
- LEWIS, Justin. *Cultural Studies: The Basics*. Londres: SAGE Publications, 2006.
- MOREIRA, Adriano. *O Mar no Conceito Estratégico Nacional. Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico*. Caderno Naval, n. 24, p. 48, 2008. Disponível em: www.marinha.pt/PT/noticiaseagenda/informacaoReferencia/cadernosnavais/cadnav/Documents/Cadernos_Navais_24.pdf. Acesso em: 12 dez. 2013.
- PIMENTEL, Cauê Rodrigues. *O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul. Tensões Mundiais*, v. 12, n. 22, p. 113-143, 2016.
- RIBEIRO, C. *Relações Político-comerciais Brasil-África (1986-2006)*. 2007. 243f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- RIBEIRO, Silva, SILVA, Bráz, PALMA, Novo e MONTEIRO, Sardinha. *Estratégia Naval Portuguesa: O processo, o contexto e o conteúdo*, Cadernos Navais, nº 34, Julho-Setembro, Lisboa: Edições Culturais de Marinha, p. 5-142. 2010.
- SANTOS, Thauan. *Economia do Mar*. ALMEIDA, Francisco E. A.; MOREIRA, William S. *Estudos Marítimos: visões e abordagens*. Rio de Janeiro: Editora Humanitas, p. 355-388, 2019.
- SOUSA, Helena. *Os media ao serviço do imaginário: uma reflexão sobre a RTP Internacional e a Lusofonia. Comunicação e Sociedade 2 - Cadernos do Noroeste. Série Comunicação*, vol. 14 (1-2), pp. 305-17. Braga, Universidade do Minho, 2000.

SILVA, Daniele Dionisio da. O Atlântico de Língua Portuguesa em Perspectiva Comparada de Segurança e Defesa: dos documentos políticos às elaborações estratégicas (1996 a 2013). Tese (Doutorado em História Comparada)–Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VIDIGAL, A. A. F.; CUNHA, M. B. da; FERNANDES, L. P.; MENDES, F. de A.; SILVA, N. da; OLIVEIRA, L. L.; CUNHA JÚNIOR, O. B.; ALBUQUERQUE, A. T. A.; ALMEIDA, J. de A. N. de. Amazônia azul: o mar que nos pertence. Rio de Janeiro: Record, 2006.